



Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCempa

CNPJ 89.398.473/0001-00 - NIRE 43300015645



Prefeitura de Porto Alegre

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional - A Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCempa tem por objeto a execução e a prestação de serviços de informática, telemática, teleinformática, telecomunicações, pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como de assessoramento técnico, aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre, preferencialmente, a outros órgãos e entidades públicos ou privados e à população em geral.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - A demonstração financeira da Companhia foi elaborada e apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais (R\$), sendo elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária vigente. A preparação das demonstrações contábeis foi realizada com base no custo histórico, não sendo identificados valores a serem reconhecidos pelo Ajuste a Valor Presente, tanto em curto, quanto em longo prazo. As Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 foram reapresentadas conforme a NBC TG 23, em função dos itens tratados na Nota Explicativa 16.

3. Principais práticas contábeis - Na preparação desta demonstração financeira, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Empresa aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações. Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações dos exercícios anteriores foram reclassificadas.

4. Disponibilidades

	2018	2017
Caixa	2.114,98	8.863,90
Bancos	123,98	760,42
Aplicações financeiras	3.837.087,19	1.947.064,17
Total	3.839.326,15	1.956.688,49

Disponibilidades compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação.

5. Contas a receber de clientes - O grupo de Contas a Receber de Clientes inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a estimativa de perda dos valores devidos pelos clientes. O valor calculado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos. A EPCLD é constituída de acordo com procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui análise criteriosa das faturas a receber vencidas há mais de 180 dias, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber.

Governo Municipal - PMPA

	2018	2017
Administração Direta	12.915.403,07	9.057.737,39
Administração Indireta	5.741.821,18	6.149.321,77
Corporativos	535.663,65	135.433,83
Pessoa Física	158.665,35	49.053,14
(-) Estimativa de Perdas Créditos Liquidar Duvidosa (EPCLD)	(105.653,46)	(62.939,50)
Total	19.245.899,79	15.328.606,63

6. Tributos a Recuperar - Os Tributos a recuperar compreendem R\$ 235.542,85 de IRPJ e CSLL recolhidos através do Balanço de Suspensão e Redução em 2017, em virtude de a empresa estar enquadrada no Lucro Real. Tais valores estão sendo corrigidos mensalmente por índices oficiais. Também estão compreendidos nesta rubrica o ICMS a Compensar, em função de sua característica de não cumulatividade, decorrentes de créditos fiscais da Cia.

7. Estoques - Os materiais em estoque foram inventariados e avaliados pelo preço médio ponderado de compra, sendo inferior ao valor de mercado.

8. Outras contas a receber - Refere-se a valores decorrentes de ressarcimentos de empregados da PROCempa cedidos a outros órgãos, cujo ônus pelos encargos e remunerações serão de responsabilidade dos referidos órgãos, sendo devidamente ressarcidos à empresa.

9. Realizável a longo prazo - O grupo de Ativo Realizável a Longo Prazo é composto pela rubrica de depósitos judiciais, que se referem a ações trabalhistas, sendo atualizados mensalmente pelos índices oficiais do governo. Para estas ações, existem provisões realizadas no Passivo Não Circulante, rubrica Contingências.

10. Imobilizado e Intangível

	Taxas de depreciação e amortização	Saldo Líquido 31/12/2017	Movimentação				Saldo Líquido 31/12/2018
			Aquisições e Aplicações	"Baixas Custo Original"	Deprec./Amort. Do Exercício	"Baixas Depreciação"	
Imobilizado		314.951,06	-	-	-	-	314.951,06
Terrenos		314.951,06	-	-	-	-	314.951,06
Prédios	4,00%	22.872.595,28	6.102,20	(7.201,00)	(1.103.604,24)	790,02	21.768.682,26
Equipamentos de Apoio	10,00%	3.097.978,40	30.726,90	(332.027,19)	(509.219,60)	276.393,95	2.563.852,46
Equipamentos operacionais	20,00%	1.927.014,50	286.409,29	(1.630.333,90)	(1.355.057,19)	1.964.784,43	1.192.817,13
Imobilizado em andamento		-	32.000,00	-	-	-	32.000,00
Infovia	3,33%	1.090.470,85	410.995,95	-	(41.272,09)	-	1.460.194,71
Total do Imobilizado		29.303.010,09	766.234,34	(1.969.562,09)	(3.009.153,12)	2.241.968,40	27.332.497,62
Intangível		9.313,00	-	-	-	-	9.313,00
Marcas e patentes		9.313,00	-	-	-	-	9.313,00
Softwares	20%	3.013.868,62	107.119,33	-	(1.065.927,70)	-	2.055.060,25
Total do Intangível		3.023.181,62	107.119,33	-	(1.065.927,70)	-	2.064.373,25

Os Ativos Imobilizado e Intangível estão registrados ao custo de aquisição, sendo corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária em vigor. Não foram detectadas mudanças significativas na medida ou maneira em que os ativos estão sendo utilizados. Não há evidências de mudanças que possam tornar um bem inativo ou que a administração planeje descontinuar, restaurar ou baixar antecipadamente, ou, ainda que um ativo possa ter vida útil alterada ou indicação de que as taxas de depreciação atualmente utilizadas pudessem ser diferentes em função das condições atuais de operacionalidade do conjunto de bens do ativo imobilizado.

	Taxas de depreciação e amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2018			Saldo em 31 de dezembro de 2017		
		Custo	Depreciação e amortização	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação e amortização	Valor contábil líquido
Imobilizado		314.951,06	-	314.951,06	314.951,06	-	314.951,06
Terrenos		314.951,06	-	314.951,06	314.951,06	-	314.951,06
Prédios	4,00%	28.006.108,39	(6.237.426,13)	21.768.682,26	28.007.207,09	(5.134.611,91)	22.872.595,18
Equipamentos de Apoio	10,00%	7.117.203,71	(5.287.548,62)	1.829.655,09	7.073.918,89	(5.054.722,97)	2.019.195,92
Equipamentos operacionais	20,00%	31.930.010,65	(30.002.936,15)	1.927.074,50	33.618.520,47	(30.612.728,39)	3.005.792,08
Veículos	20,00%	174.888,00	(174.888,00)	-	174.888,00	(174.888,00)	-
Imobilizado em andamento		32.000,00	-	32.000,00	-	-	32.000,00
Infovia	3,33%	1.551.952,52	(91.757,81)	1.460.194,71	1.140.956,57	(50.485,72)	1.090.470,85
Total do Imobilizado		69.127.114,33	(41.794.616,71)	27.332.497,62	70.330.442,08	(41.027.431,99)	29.303.010,09
Intangível		9.313,00	-	9.313,00	-	-	9.313,00
Marcas e patentes		9.313,00	-	9.313,00	-	-	9.313,00
Softwares	20%	34.903.131,61	(32.848.071,36)	2.055.060,25	34.796.012,28	(31.782.143,66)	3.013.868,62
Total do Intangível		34.912.444,61	(32.848.071,36)	2.064.373,25	34.805.325,28	(31.782.143,66)	3.023.181,62

Paulo Roberto de Mello Miranda
Diretor Presidente
CPF 101.264.650-53

Alexandre Horn
Diretor Técnico
CPF 929.700.520-91

Marcelo Leites Bertolini
Diretor Administrativo
CPF 632.385.000-15

Márcio Oliveira Reis
Gerente CRC-RS 059918/O-2
CPF 944.560.460-15

Valério A. Ulm de Oliveira
Contador CRC-RS 093154/O-2
CPF 804.163.060-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCempa, empossados em 15 de dezembro de 2018, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado de Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Nosso exame incluiu também a verificação nos documentos contábeis do exercício colocados a nossa disposição. Tendo constatado estarem tais documentos em ordem e as aprovações prévias dos membros do conselho fiscal relativas a janeiro a novembro de 2018, considerando o parecer da auditoria externa, Maciel Auditores S/S, datado em 15 de março de 2019, somos de opinião de que os referidos demonstrativos refletem a situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e estão em condições de aprovação pelos Senhores Acionistas, com ressalva da não realização do teste de recuperabilidade (Impairment) conforme apontado no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 2018.

Porto Alegre, 26 de março de 2018.

Daniel Rigon Conselheiro CPF: 788.017.700-06	José Eduardo Macedo Cidade Conselheiro CPF: 412.541.800-44	Juliana Garcia de Castro Conselheira CPF: 014.345.810-80	Júlio Elói Hofer Conselheiro CPF: 394.598.880-20	Orestes de Andrade Júnior Conselheiro CPF: 926.762.780-53
--	--	--	--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCempa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto tratado na seção abaixo intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCempa em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com Ressalva - Imobilizado - Impairment** - A administração da PROCempa não submeteu os bens do Ativo Imobilizado ao teste de recuperabilidade, Impairment, conforme requer a NBC TG 01 (R4) - Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) - Imobilizado, assim como também não avaliou a vida útil econômica estimada desses bens e nem revisou as taxas de depreciação, não nos sendo possível estimar os efeitos sobre o patrimônio e resultado, caso esses procedimentos tivessem sido aplicados, além de que, evidenciamos a existência de inconsistências nos relatórios de controles do Ativo Imobilizado, referente às falhas sistêmicas entre relatório sintético e analítico, não assegurando com razoabilidade que o saldo do Imobilizado de R\$ 27.332.497,62 em 31 de dezembro de 2018 esteja adequadamente representado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros Assuntos - Valores Correspondentes** - As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e emitimos relatório em 23 de fevereiro de 2018, com modificação na opinião quanto a não realização do impairment, revisão da vida útil econômica dos bens e taxas de depreciação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

11. Contas a pagar - As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. A variação nesta rubrica decorre do esforço empreendido pela PROCempa em reduzir custos com o plano de saúde ofertados aos seus empregados, em torno de 50%, cujo custo anual era de aproximadamente 7,2 milhões resultando em um custo anual de próximo de 3,6 milhões.

12. Salários e contribuições sociais

	2018	2017
Remunerações a pagar	5.333.075,34	101.747,82
Retenções a recolher	967.576,56	657.006,90
Contribuições sociais a recolher	1.609.198,60	1.803.439,01
Provisão de férias	7.569.120,44	16.145.678,46
	15.478.970,94	18.507.872,19

Em virtude da entrada em vigor do E-Social, a PROCempa modificou a data de pagamento das remunerações de seus empregados. Até Abril de 2018, a Cia pagava os salários no último dia de cada mês. Após a vigência do E-Social, a empresa alterou a data de pagamento para o dia 5 de cada mês, impactando no saldo final do exercício, no que diz respeito às obrigações com remunerações a pagar.

13. Contingências e Fornecedores sob Juízo - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. Os montantes envolvidos nas contingências são estimados e atualizados periodicamente. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seu Departamento Jurídico.

Reclamatórias trabalhistas e cíveis

	31/12/2018	31/12/2017
Prováveis circulante	-	2.951.161,85
Prováveis não circulante	12.131.826,13	3.692.489,83
Total contingências prováveis	12.131.826,13	6.643.651,68
Possíveis circulante	-	215.000,00
Possíveis não circulante	4.656.313,80	2.352.876,00
Total contingências possíveis	4.656.313,80	2.567.876,00

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia pagou, em decorrência de decisões judiciais desfavoráveis ou acordos, o montante de R\$ 3.480.833,38 (31 de dezembro de 2017, R\$ 3.142.831,87). As contingências classificadas como prováveis estão divididas em Trabalhistas e Cíveis, totalizando R\$ 10.864.771,54 e R\$ 1.267.054,59 respectivamente. Os valores foram apropriados no Passivo Não Circulante, em virtude de a Cia não ter a estimativa de quando as ações serão julgadas, ocorrendo em uma obrigação por parte da PROCempa. Os valores registrados em fornecedores sob juízo referem-se a fornecedores que detinham contrato com a Procempa para fornecimento de produtos e serviços, relativamente há anos anteriores. Tais contratos não estão mais vigentes, porém, há alegação destes fornecedores de que existem diferenças de valores a serem pagas pela PROCempa em relação a tais contratos. Tais valores foram reclassificados para as contingências cíveis, após a análise por parte do departamento jurídico quanto à probabilidade de execução, em virtude de tramitarem ações judiciais para a cobrança destes valores.

14. Capital social - O capital social integralizado é de R\$ 29.442.748,03, representado por 65.266.858.746 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionista	Percentual %	Número de ações ordinárias	
		2018	2017
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	93,78	61.207.136.364	61.207.136.364
Depto Municipal de Água e Esgoto	6,08	3.970.108.830	3.970.108.830
Outros	0,14	89.613.552	89.613.552
	100,00	65.266.858.746	65.266.858.746

Não houve, durante o exercício de 2018, qualquer aporte financeiro por parte dos acionistas para a realização de aumento de capital.

15. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) - O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) registrado no Patrimônio Líquido refere-se a capitalizações ocorridas entre os períodos de 2011 a 2016, por parte da acionista majoritária, para a construção do Centro Integrado de Comando (CEIC). Tais valores estavam pendentes de formalização e registro na Junta Comercial. Porém, os valores registrados em AFAC, no exercício de 2017, foram revertidos de maneira indevida em forma de compensação à conta de prejuízos Acumulados. Após autorização da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2018, tais valores foram reclassificados de maneira correta, aguardando a aprovação da AGO de 2019 para autorização quanto à formalização do aumento de capital.

16. Ajuste de exercícios anteriores - Os valores registrados em Ajustes de Exercícios Anteriores decorrem da variação ocorrida em função da alteração da política de cálculos e estimativas para a mensuração dos processos trabalhistas e cíveis entre os exercícios de 2017 e 2018. Estas alterações decorreram de uma maior análise quanto à maturação, natureza e especificidade de cada processo judicial, cuja variação decorrente desta mudança de metodologia de cálculo foi um aumento de R\$ 1.483.546,08 nas provisões. Logo, se estes mesmos processos tivessem sido calculados com os mesmos critérios de 2018, os valores registrados neste exercício teriam sido registrados em 2017, resultando em uma modificação dos valores dos dois exercícios, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2018
Reclamatórias trabalhistas e cíveis			
Prováveis circulante	-	2.951.161,85	2.951.161,85
Prováveis não circulante	12.131.826,13	3.692.489,83	2.208.943,75
Prováveis não circulante (Ajustes de Exercícios Anteriores)	-	-	1.483.546,08
Total contingências prováveis	12.131.826,13	6.643.651,68	6.643.651,68

17. Plano de Incentivo à Aposentadoria - No decorrer de 2018, a PROCempa implantou um novo Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA), dirigido aos empregados com mais de 10 anos de trabalho na empresa, e que estivessem aposentados ou em processo de aposentadoria. Ao total, 24 empregados aderiram ao programa, representando um valor aproximado de R\$ 4,5 milhões pagos com indenizações em 2018. Com a implantação do PIA, a economia mensal apurada será em torno de R\$ 580 mil mensais, totalizando uma redução aproximada de R\$ 7,5 milhões com custos de pessoal por ano.

18. Provisão para imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se também a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para o exercício de 2018, não foram constituídas provisões referentes ao imposto de renda e contribuição social, em decorrência do prejuízo fiscal apurado no exercício.

19. Provisão para imposto de renda e contribuição social - A Companhia auferiu um lucro de R\$ 1.184.249,37 no exercício de 2018. A recuperação do resultado, após dois anos de prejuízos, reflete o esforço da empresa em reduzir os custos de seus serviços, mantendo a mesma capacidade operacional e na qualidade de seus serviços. Embora a Receita Líquida de 2018, comparando com o exercício de 2017, tenha diminuído em 6,5%, em virtude dos ajustes contratuais realizados, a empresa procedeu com uma política de contenção e redução de gastos, com o objetivo de manter sua capacidade operacional. Um dos principais componentes que contribuiu para a recuperação do resultado foi a aplicação do teto municipal, de R\$ 19.477,40, para fins de pagamento de remuneração dos empregados, gerando uma economia de aproximadamente 6 milhões em 2018.

Outro aspecto a ser considerado, foi a redução dos gastos com planos de saúde, cujo contrato anterior totalizava uma média de R\$ 7,2 milhões anuais, passou a um custo anual aproximado de R\$ 3,6 milhões, a partir de maio/2018, representando uma economia aproximada de R\$ 2,3 milhões em 2018. Além destas medidas, foram realizadas negociações com os fornecedores, com o objetivo de manter os mesmos valores contratuais de 2017, sem aplicação de correção anual dos contratos.

A expectativa para o exercício de 2019 é de que a empresa mantenha a mesma política de contenção de custos, com o objetivo de manter a recuperação dos prejuízos de exercícios anteriores, permitindo investimentos em seu parque industrial.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO